

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“ENCARREGA-SE DE FAZER TUDO QUE LHE ENCOMENDAR A MODA”: O TRABALHO DAS MODISTAS E COSTUREIRAS (RIO DE JANEIRO, 1815- 1840)

Laura Junqueira de Mello Reis

Doutoranda - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Email:laurajunqueiramreis@gmail.com

Resumo: O objetivo dessa pesquisa é compreender os trabalhos femininos relacionados a moda no século XIX, mais precisamente os ofícios de modistas e costureiras. Buscamos entender quem eram as mulheres que se ocupavam dessas atividades, como elas se relacionavam entre si e, por fim, como esse comércio foi se desenvolvendo e crescendo na primeira metade do século XIX. O recorte espacial é o Rio de Janeiro. Nossas fontes são os anúncios publicados no *Jornal do Comércio* e no *Diário do Rio de Janeiro*, ambos jornais que circularam na corte, usando também outras fontes documentais tais como: registros de chegada de estrangeiros e legislação do período. Partindo da perspectiva da história da moda, entendendo-a como um fator importante de movimentações sociais, culturais e políticas, nossa metodologia se insere sob a ótica do gênero e da história social do trabalho.

Palavras chave: Trabalho feminino; Rio de Janeiro; Século XIX.

Introdução

As modistas, os cabelereiros, os alfaiates, etc., multiplicam-se como por encanto, ao mesmo tempo que as livrarias são tão raras, e o preço excessivo. (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1828, ed. 276, p. 02).

O trecho destacado anteriormente é uma evidente crítica a quantidade de estabelecimentos de modistas, cabelereiros e alfaiates quando comparadas ao comércio dos livros existentes na corte em meados do século XIX. No entanto, apesar do caráter censurador, o que nos interessa aqui é frisar o despertar do comércio relacionado a indumentária ao longo da década de 1820, assim como nos anos posteriores, no Rio de Janeiro. Poderia, de fato, haver menos livrarias que lojas de modistas e ainda que isso possa vir a ser um problema, ao menos na percepção daquele que escreveu o trecho transcrito acima, nos instiga a pensar no desenvolvimento desses estabelecimentos que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vendiam adornos, roupas, tecidos, entre outros itens, e no crescente furor que isso poderia causar na sociedade de então.

O Rio de Janeiro, desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, vinha passando por um processo intenso de modernização, que já fora tão comentado na historiografia e que apenas mencionaremos de forma rápida a fim de atingirmos nosso objetivo final. A abertura dos portos em 1810 permitiu a chegada de muitos estrangeiros e produtos oriundos das mais diversas partes do mundo, em especial da Europa. (SILVA, 1978).

No atentaremos aqui a chegada dos franceses e como isso de certa forma está direta e indiretamente relacionado a expansão do comércio concernente a moda. A partir de 1815¹, um ano antes da chegada Missão Artística Francesa, em 1816, muitos navios repletos de franceses aportaram no Brasil (TAUNY, 1983). Com essas embarcações chegaram nessa parte da América inúmeras mulheres, homens e crianças que vinham com esperança de uma vida nova, conforme assinalado por Ana Luiza Martins:

Sublinhe-se que, em parte significativa desses movimentos, a motivação para emigrar decorreu de particular espírito de aventura, mobilizado pela atração e encantamento suscitados pelo exotismo dos trópicos e pela imensidão do território, que acenava com possibilidades de recomeço de uma nova vida. (MARTINS, 2009, p. 28).

A maioria das mulheres, personagens que mais nos interessam na análise e reconstrução dessa história, vinham com um *savoir faire* em comum e que poderia lhes auxiliar na busca de uma atividade remunerada: a costura. Logo, fossem como costureiras propriamente ditas, ou como modistas, muitas delas abriram estabelecimentos de modistas e/ou passaram a trabalhar em um desses locais que eram costumeiramente chamados de: Casas de moda.

Às mulheres imigrantes era mais acessível abrir um comércio, ainda mais considerando que no Brasil objetos, modistas e costureiras estrangeiras eram super valorizados: “Se a costureira ou o alfaiate fosse estrangeiro, melhor para os negócios. Muitas vezes, as mulheres imigrantes se aproveitavam desse fato para abrirem suas casas de comércio.” (MONTELEONE, 2019, p. 09).

¹A começar em 1815 pois com a queda de Napoleão Bonaparte e a Restauração dos Bourbons, a relação entre Portugal e França são reestabelecidas, o que influi diretamente no aumento do fluxo de franceses vindo em direção ao Brasil, que na época passara de colônia portuguesa para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desembarcaram então uma série de mulheres, como Carlota Fragozo (Charlotte Fragozo se usamos o nome em francês) que chegou ao Brasil nesse período (BR RJANRIO 0E.COD.0.372, v.01/f.013vE). Fragozo veio da França, pelo navio Havre de Grace, estava solteira e afirmava que seu objetivo, enquanto estivesse vivendo em terras americanas, era ser costureira. Residia bem no centro do Rio de Janeiro, na rua São José no número 19, próxima a rua do Ouvidor. Ou mulheres como a modista Madame Zélie que também veio para o Brasil nesse período (BR RJANRIO 0E.COD.0.372, v.01/f.038B). E, assim como a costureira, morava no centro do Rio de Janeiro, na rua do Cano, atual rua do Carmo, nº 19. Zélie e Carlota eram praticamente vizinhas, já que a rua do Cano começava a partir da rua São José.

Ambas mulheres moravam no centro em endereços muito próximos a rua do Ouvidor e, por isso, residiam perto de lugares onde encontrariam possíveis trabalhos, considerando que nessa região do Rio de Janeiro, ruas como a do Ouvidor, da Direita e dos Ourives se viram repletas de Casas de moda. A rua do Ouvidor se tornou a principal delas e abrigou a maior parte dessas lojas que se aglomeravam e disputavam a atenção de uma clientela ávida para se vestir como uma das mulheres francesas e representar o desenvolvimento de um Brasil que ainda nem chegara a se tornar um país propriamente dito.

Essas ruas se esbarravam entre si e eram o caminho perfeito para aquelas senhoras que buscavam passear e comprar novas roupas e/ou adornos, fossem para noite ou para o dia. As lojas que ali se encontravam afirmavam, através dos anúncios publicados nos periódicos que circulavam na corte, que se encontrava de tudo o que fosse mais perfeito, limpo e barato para as senhoras que passassem pelo local.

Em *Memórias da Rua do Ouvidor* (MACEDO, 1963) Macedo chamou atenção para o fato das modistas terem ajudado a construir a rua do Ouvidor e a auxiliado a ganhar a magnitude e proporção que adquiriu ao longo de todo o século XIX. Magnitude que podemos perceber hoje, ao caminharmos por esse endereço e verificarmos as faixadas antigas que ainda permanecem na rua, apesar de terem sofrido modificações pelo tempo e pelo homem. Logo, de acordo com Macedo:

Não foi de *francesas*, foi de *franceses* a colônia artística que chegou ao Rio de Janeiro a 26 de março de 1816, e não era a palheta do pintor, nem o buril do estatuário, era somente a tesoura das modistas que havia de levantar o monumento da *Rua do Ouvidor*. (MACEDO, 1963, p. 68).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A figura a seguir (figura 1) nos permite verificar como era organizado, a partir das ruas, uma parte do centro do Rio de Janeiro no princípio do século XIX.



Figura 1: Mapa do centro do Rio de Janeiro 1808-1821, região da rua do Ouvidor.

Nosso objetivo, portanto, é perceber o desenvolvimento desse comércio que teve nos seus primeiros anos uma forte presença de mulheres francesas. Pretendemos, a partir da estruturação desses estabelecimentos, compreender as mulheres como trabalhadoras, tanto as francesas que desembarcaram no Brasil quanto as próprias brasileiras interessadas nesse ofício. Hoje o trabalho com a indumentária pode se desenvolver de diversas maneiras, no século XIX essas atividades se resumiam, basicamente, no ofício das costureiras e modistas.

Ao longo desse artigo e dessa apresentação, que é parte de uma pesquisa que vem sendo elaborada no doutorado, buscamos analisar as mulheres costureiras e modistas, entendendo as diferenças e semelhanças constituídas em seus trabalhos. Para tanto, nos valem dos anúncios dos jornais, em especial do *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*, dos almanaques, de registros de chegadas presentes no A.N.R.J e da legislação do período; todas fontes estão disponíveis no formato digital.

Modistas e costureiras: diferenças e semelhanças

Joaquim Manoel de Macedo escreveu que: “Perpétua pôs-se a *costurar*, foi ela a primeira, não modista, mas *costureira* da Rua do Ouvidor.” (MACEDO, 1963, p. 51). Sendo Perpétua costureira e não modista e tendo Macedo se preocupado em fazer essa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

distinção em seu texto, entendemos que havia uma dissemelhança entre as duas atividades, ainda que tal diferença seja por vezes imperceptível aos olhos de quem não se atente.

As primeiras modistas que atuavam no Brasil eram, em sua maioria, francesas. Mulheres que vinham para a América, como Mme. Zélie, apontada anteriormente, em busca de melhores condições e aqui conseguiam abrir estabelecimentos e efetuar seus serviços. Eram, portanto, mulheres brancas e estrangeiras. Esse quadro se alterou com o passar dos anos e no decorrer do século XIX muitas mulheres nascidas no Brasil – com o conhecimento adquirido através do ensinamento das francesas – passaram também a abrir estabelecimentos e tornaram-se modistas.² No entanto, no período que nos compete analisar (1815-1840) as modistas ainda eram, predominantemente, as francesas.

Que não nos esqueçamos, no entanto, das costureiras. Visto como um trabalho mais mecanizado as atividades das costureiras eram tão ou mais essencial que das modistas. Enquanto as modistas refletiam sobre os cortes e feitios das roupas (SILVA, 1858), as costureiras eram aquelas que de fato produziam os trajes e ocupavam-se em cortá-los e, obviamente, em costurá-los (SILVA, 1858). Tal trabalho ainda que não exigisse uma ponderação a respeito de tais cortes, era realizado por um indivíduo – no caso, uma mulher. Tendo ela, fosse quem fosse, uma vivência específica, não é difícil imaginar que no processo de realização de suas atividades tais vivências pudessem ser passadas às roupas produzidas, através do corte e da costura que realizavam nessas peças. Ultrapassando, então, a ideia de um trabalho “mecanizado”, e considerando, portanto, que as costureiras tinham com as roupas uma relação que ia além da impessoalidade.

Assim, ainda que nas fontes as costureiras não tenham o papel identitário que as modistas tem – levando em conta que as últimas publicavam muitas vezes seu nome e se identificam como modistas *francesas*; enquanto as costureiras, em sua maioria, não eram nomeadas e apenas identificadas como costureiras – sem a função das costureiras, nenhuma roupa seria produzida. Quando pensamos em quem eram essas costureiras, não é de se espantar que haja um “esquecimento” de suas figuras, isso porquê tal ofício era

²Muitas francesas ao chegarem no Brasil viam-se sem condições de abrir algum tipo de estabelecimento e se dedicavam ao ensino da costura e/ou do ofício de modista para jovens brasileiras, basta analisar os muitos anúncios nesse sentido que eram publicados nos períodos. Entretanto, não nos alongaremos nessa questão no presente trabalho.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

composto por mulheres com menores condições financeiras e, muitas vezes, por escravizadas.

Nos anúncios a seguir vemos publicações que ofereciam o aluguel ou venda de mulheres escravizadas “próprias para modistas francesas”, assim como modistas procurando, através dos jornais, escravizadas para trabalharem em seus estabelecimentos: “Uma Sra., hábil modista, recebe uma até duas aprendizes, que sejam de cor e já cosam alguma coisa; na rua da Cadeia nº 50” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1840, ed. 308, p. 04). Os anúncios mostrados abaixo, assim como o mencionado anteriormente, foram retirados do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comércio*:

Vende-se uma parda clara chegada nesta corte no bergantim Santo Antônio Triunphante, a qual é perfeita engomadeira, cozinheira, lavadeira, e entende alguma coisa de fazer doce, sabe vestir e pregar uma Sra., é perfeita costureira e modista, a qual tem prestígio na rua do Ouvidor, cujas informações podem verificar ao comprador, quem a pretender procure na rua da Alfandega nº 80 a falar com Joaquim das Neves Pinheiro, das 7 horas até meio dia, e de tarde na rua detrás do Carmo nº 7, casa do ilustríssimo Sr. Ricardo José de Araújo Vianna. (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1830, ed. 100, p. 03).

Quem quiser alugar uma parda que sabe cozinhar, ensaboar, engomar e todo o arranjo de uma casa, bem como sabe bem de costura por ter sido costureira em loja de modistas francesas; o seu último preço mensalmente é 8\$000 réis, com declaração que não é para fazer serviço na rua, procure na rua do Cano nº108. (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 1828, ed. 0300012, p. 03).

Interessante notar algumas peculiaridades presentes nos trechos acima. No primeiro verificamos a venda de uma escravizada que possuía fama na rua do Ouvidor, entendendo, portanto, a importância das costureiras para o comércio dos vestuários e adornos; além disso notamos que o destaque sob a sua competência podia fazer com que essa mulher escravizada usufruísse de certa influência nos estabelecimentos que trabalhou e/ou trabalharia.

No anúncio seguinte, cujo o enfoque tratava-se de um aluguel e não de uma venda, o anunciante solicitava que o serviço a ser alugado não deveria ser realizado na rua. Refletindo, provavelmente, um possível medo sentido pelo proprietário em relação a eventual relacionamento que sua cativa teria com demais grupos de escravizados, podendo se envolver em tentativas de fugas e/ou rebeliões, já que:

Durante quase todo o século XIX o comércio de rua era majoritariamente explorado, organizado e controlado pelos escravos, que trabalhavam arduamente durante todo o dia, enquanto seus senhores ficavam em suas casas. Dessa forma, também era favorecido o convívio e a interação social, individual ou em grupos, dos escravos. (SOUZA, 2011, p. 56).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda que as mulheres escravizadas constituíssem um grande número de costureiras que prestavam serviços para as Casas de moda das francesas e para famílias, elas não eram as únicas. Além de haver negras libertas e forras que exerciam tal atividade, tinham ainda mulheres – em sua maioria, brancas desafortunadas e/ou negras livres - que se ocupavam nesse modelo de trabalho. Logo, é possível identificar anúncios de mulheres que se ofereciam para trabalharem com as famosas modistas da rua do Ouvidor, a título de exemplo: “Se alguma senhora modista precisar de uma costureira que entenda de vestidos, queira anunciar por esta folha para ser procurada.” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1837, ed. 135, p. 04).

Além disso, senhoras recém chegadas ao Brasil também anunciavam, com frequência, seus serviços nos periódicos diários:

Uma Sra. chegada proximoamente da Inglaterra, se oferece a todas as senhoras que se quiserem utilizar do seu préstimo de costureira modista, fazendo tudo no último gosto e muito em conta, tão bem conserta, e limpa chapéus e barretinas de palinha, e juntamente precisa-se de duas ou até três aprendizas para o mesmo ofício; quem quiser e estiver em circunstâncias, dirija-se a rua da Princesa do Catete sobrado nº18. (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 1826, ed. 1000006, p. 03).

A diferença dos anúncios, além dos quase dez anos que os separam, está na auto identificação de cada uma das anunciantes. A segunda afirma ser costureira modista, enquanto a primeira apenas costureira. Muitas mulheres se auto definiam como costureiras modistas nos anúncios presentes nas folhas dos jornais diários. Sendo costureiras e modistas elas declaravam que eram capazes de se atentar aos cortes das roupas de acordo com as últimas modas - provenientes, na maioria das vezes, da França – e realizar, elas próprias, tais cortes, sem auxílio de terceiros. Assim, abria-se um leque maior de oportunidades para quem definia-se dessa forma.

As modistas francesas – até mesmo aquelas que se auto declaravam modistas e costureiras -, diferentemente das costureiras, ganhavam reconhecimento a partir de seus nomes. A maior representação disso está no fato dos nomes das Casas de moda levarem, em sua maioria, os nomes e sobrenomes das Mme. Modistas que ali exerciam suas atividades, como a Casa de Mme. Josephine Meunier e C. e a Casa de moda de Mme. Hortense Lacarrière. Ainda que trabalhassem para um terceiro, o estabelecimento frisava

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a participação da modista em sua loja: “Mme. Peyrellade, modista e costureira da casa E. Marcassus e C.” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1843, ed. 227, p. 04).

Conforme afirmado por Joana Monteleone:

No Brasil (...) além do de costureira ou lavadeira, também esteve ligado ao cotidiano feminino durante todo o século XIX: o de vendedora ou dona de estabelecimentos em que se vendiam produtos ligados à moda e ao universo feminino. A algumas mulheres era permitido ser empresária, dona loja de importações. A outras, a abertura de ateliês de costura. Geralmente imigrantes ou viúvas, essas mulheres tiveram negócios e os administrariam com relativo sucesso, empregando outras mulheres como vendedoras ou costureiras. (MONTELEONE, 2019, p. 08).

No entanto, apesar das modistas ganharem fama e terem seus trabalhos reconhecidos, muitas vezes tal condecoração estava diretamente relacionado a atividade exercida pelas costureiras que trabalhavam em seus estabelecimentos; sendo, portanto, a elas que deveria ser dirigido os elogios. Vejamos o exemplo a seguir:

Berthier, modista francesa na rua do Ouvidor nº159, faz aviso ao respeitável público, bem como aos seus fregueses, que tem muita fazenda chegada aproximadamente de Paris, chapéus de palha de Itália muito finos para as Sras. dito para as meninas, de preço de 640 a 960, e mais subidos; meias de seda para as Sras. a 1200, bonés de menino muito bonitos a 800, chales de lã, lenços de assoar, fitas, cetins, entre meias e rendas, cordões de cores para enfeites, flores, guarnições prontas, vestidos bordados muito finos, pomadas, cheiros de diversas quinquilharias, como também muito mais qualidades de fazenda & cia. Na mesma casa se fazem as modas com todo asseio e prontidão, *por ter as costureiras que trabalhavam na casa de Madame Gudin*, das melhores modistas bem conhecida no Rio de Janeiro, que já partiu para França ao tratar de sua moléstia. (*DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 1826, ed. 010017, p. 02). [grifo nosso].

No caso mencionado acima, Berthier, modista francesa, empregava as antigas costureiras de Madame Gudin que, conforme Berthier menciona no anúncio, era uma das mais conhecidas modistas da corte; assim, afirmava que as modas feitas em seu estabelecimento seriam produzidas com asseio – ou seja, aquilo que é limpo – e prontidão – isto é, rapidez -. As exs costureiras de Madame Gudin dariam prestígio a Casa de modas de Berthier e por isso mereciam ser destacadas no anúncio. Representando, assim, a importância das costureiras para o funcionamento das Casas de moda no geral.

Esse trabalho com as costuras requeria um quê de especialização, ou seja, era preciso que as costureiras, fossem livres ou escravizadas, tivessem um conhecimento prévio do que era costurar, remendar, fazer todo tipo de serviços referentes ao vestuário.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim, segundo Gilberto Freyre “esse tipo de trabalho escravo especializado modificou as relações de trabalho de maneira profunda e duradoura” (1979, p. 09).

Apresentado as diferenças e semelhanças entre as atividades exercidas pelas modistas e costureiras; como elas foram adquirindo influência no exercício de suas ocupações; e, por fim, de quais mulheres estamos falando quanto tratamos de cada uma dessas funções – no que se refere a classe e raça - ; consideramos, a seguir, o caso de Josefina Saurin, que ora se afirmava costureira, ora modista. Veremos como Saurin soube beneficiar-se de ambas nomenclaturas.

O caso de Josefina Saurin: ludibriando a lei

Conforme mencionado ao longo do texto, as mulheres ao anunciarem seus trabalhos nos periódicos se auto denominavam: costureiras, modistas ou modistas e costureiras. No entanto, essa auto definição poderia ser frutífera ou prejudicial a depender da situação. Talvez, por isso, tal denominação ficasse a cargo de questões exteriores a própria identificação da trabalhadora e elas soubessem utilizar daquela que seria mais proveitosa em momentos distintos.

Por exemplo, em 1831 foi instituído um imposto sobre as Casas de moda e modista no valor de 40 mil réis; no entanto nada foi dito a respeito das costureiras (BRASIL, 1831). Aquela que não pagasse o que devia ao Estado poderia sofrer com uma penhora, conforme explicitado:

O coletor de rendas nacionais da freguesia do Sacramento, abaixo assinado, faz saber aos coletados de seu distrito, que se acham comprometidos a respeito da décima urbana de seus prédios, como por seu tráfico de negócio, a respeito dos impostos para o banco, o de botequins e tavernas, o das casas de modistas, o das licenças de polícia, e o de 2 \$ sobre cada um escravo, no dia 19 do corrente mês pretende fechar a respectiva cobrança a boca do cofre, procedendo a penhora contra aqueles que até esse dia não forem ali satisfazer o que devem. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1834, Coriotano José Pires. (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1834, ed. 155, p. 02).

O valor de 40 mil réis por ano não era um preço confortável a ser pago pelas modistas, ainda mais por aquelas que estavam começando e ainda crescendo em suas atividades. Por isso, não é de se espantar que algumas delas tenham tentando escapar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desse pagamento, como foi o caso de Josefina Saurin.³ Em 1836 Josefina Saurin apareceu no *Jornal do Comércio* anunciando-se como modista:

Josefina Saurin, modista de Paris, tem a honra de anunciar as suas freguesas, que na sua casa, rua do Ouvidor nº 128, 1º andar, canto da dos Ourives, faz-se toda a qualidade de vestidos, e também se apronta qualquer encomenda para fora. (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1836, ed. 150, p. 04).

E anunciou-se ainda mais 14 vezes nesse mesmo periódico ao longo de 1836. No entanto, no ano seguinte afirmava que não era modista, e sim costureira:

Dito ao administrador da recebedoria do município, mandando isentar do pagamento do imposto de que se fez lançamento, a Josefina Sarin, visto que pela sua informação se conhece que a casa que tem aberta na r. do Ouvidor nº 128, antiga numeração, é de costureira e não de modista. (*CORREIO OFICIAL: IN MÉDIO POSITA VIRTUS*, ed. 123, pag. 2. Expediente do Ministério da Fazenda).

Conseguindo, dessa forma, se livrar do imposto que lhe deveria ser cobrado.

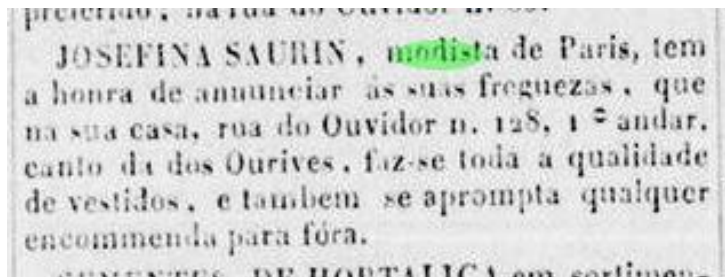


Figura 2: Anúncio de Josefina Saurin publicado no *Jornal do Comércio*.

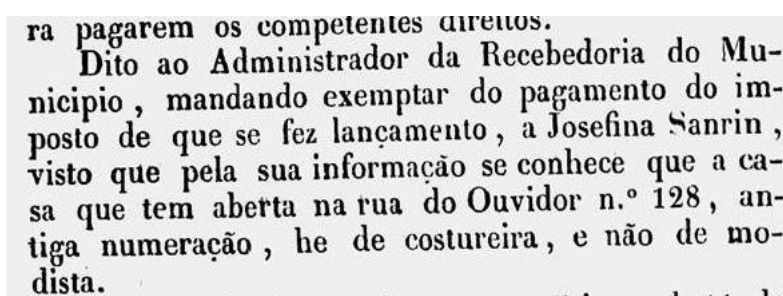


Figura 3: Josefina Saurin conseguindo se isentar do imposto.

Assim, percebemos que havia vantagens e desvantagens em ambas auto denominações. Como modista e, principalmente, como modista de Paris, Josefina provavelmente conseguiria uma clientela maior e assim aumentaria sua freguesia,

³Ainda que nas fontes encontramos o sobrenome da modista costureira escrito como Saurin e Sarin, sabemos que se tratava da mesma pessoa já que o endereço de seu estabelecimento era o mesmo. Dessa forma, consideramos que essa variação seja apenas um erro de grafia do jornal.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fazendo com que, conseqüentemente, sua renda fosse expandida. No entanto, como costureira, Josefina não precisaria pagar ao governo imperial nenhum tipo de imposto, ficando então isenta de suas obrigações fiscais. Dessa forma, estrategicamente, Josefina Saurin foi hábil suficiente para estar em ambas condições e tirar o melhor proveito de cada.

Tanto as modistas quanto as costureiras exerceram papéis fundamentais para a história do trabalho feminino com as costuras. Ainda que as modistas sejam mais lembradas e fáceis de serem identificadas, a atividade de ambas foi crucial para o funcionamento desse comércio. Perceber como as mulheres souberam lidar com essas distinções e utilizá-las ao seu favor é mais um fator primordial para entendermos as mulheres como agentes de suas próprias histórias; além de serem sujeitos que agiam, querendo ou não, politicamente dentro da sociedade oitocentista.

Conclusão

O que podemos concluir a partir da análise aqui proposta é que o trabalho com o vestuário, fosse como costureira ou como modista, foi vital para a história das mulheres quando falamos em mundos do trabalho no século XIX. Principalmente porque grande parte das mulheres oitocentistas se lançaram nesse universo, aceito pela sociedade patriarcal (LERNER, 2019) como algo estritamente feminino, logo, mais acessível às mulheres.

Além disso, concluímos também que dentro desse universo, por mais que existissem evidentes redes de sociabilidade e afeto constituídas entre essas mulheres, também existia uma segregação, esta partia, sobretudo, de concepções pertinentes a raça e a classe das mulheres estudadas. Isso porquê, entre as modistas havia mais mulheres que se não pertenciam a classes mais elevadas (já que precisavam trabalhar) ao menos eram entendidas socialmente como pertencentes a essas classes, principalmente quando se tratava de mulheres estrangeiras.

Por outro lado, quando abordamos questões pertinentes ao ofício das costureiras, encontramos mais mulheres pobres (brancas e negras). Dentre as negras nos deparamos com a atividade sendo exercida por libertas ou forras, como também por mulheres

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

escravizadas que eram explicitamente compradas ou alugadas pelas mulheres brancas que exerciam a ocupação de modistas.

Assim, concluímos que esse universo do trabalho com os vestuários e adornos ainda que fosse visto como, majoritariamente, feminino, compartilhava distinções de classe e de raça em seu interior. Refletindo assim um aspecto social já muito conhecido na historiografia que se ocupa em estudar os Oitocentos, assim como na historiografia de gênero em que estudam a história das mulheres e as relações de poder determinadas mediante a sociedade patriarcal.

Ainda assim, foi a partir desse mesmo universo que algumas mulheres, principalmente as brancas, foram conquistando um espaço para além das suas próprias casas e ganhando uma certa autonomia financeira, o que seria, posteriormente, fundamental para uma emancipação social. Por mais que o ganho monetário não garantisse nenhum teor emancipatório, serviu de base para o desenvolvimento e a luta dessa ideia.

Dessa forma, a moda, além de não ser objeto de frivolidade, conforme já nos fora alertado por Lipovetsky (2009), nos permite perceber, através do universo do trabalho com o vestuário, nuances das várias presenças femininas na sociedade oitocentista fluminense. Constatamos, através da história da moda, que esse setor movimentou o comércio no Rio de Janeiro e foi um importante fator de sociabilidade entre as mulheres da corte. Daniel Roche comentou em seu livro como o comércio ligado ao mundo da moda movimentava a economia na França (ROCHE, 2007), o que, apesar das óbvias diferenças com o país europeu, também acometia sobre o Brasil.

Referências Bibliográficas

Fontes:

JORNAL DO COMÉRCIO

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

CORREIO OFICIAL: IN MÉDIO POSITA VIRTUS

MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

Lei de 15 de novembro de 1831 (título IV – referente a receita) – Publicação original.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html. Acessado em: 02/03/2021

SILVA, Antônio Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6ª edição. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858.

A.N.R.J. *Os Franceses residentes no Rio de Janeiro 1808-1820*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1960.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A.N.R.J. Fundo de Polícia da Corte. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1667. Acessado em: 12/04/2021.

Bibliografia:

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, col. Brasileira, 1979.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercados de trabalho. In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

POPINIGS, Fabiane, SCHETTINI, Cristiana. Apresentação Dossiê Perspectivas de gênero no mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, V.01, n.02, p.05-12, 2009.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808- 1821)*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Patrícia March. *Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro: Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura PUC-Rio, 2011.

TAUNY, Afonso de E. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

Figuras:

Figura 1: Mapa do centro do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://imagerio.org/#en/1808/16/-22.902733542204697/-43.176634311676025/all/>.

Acessado 29/03/2021.

Figura 2: Anúncio publicado no *Jornal do Comércio* 1836, ed. 150, p. 04.

Figura 3: Publicação apresentada no *Correio Oficial: In Médio Posita Virtus*, ed. 123, pag. 2. Expediente do Ministério da Fazenda).